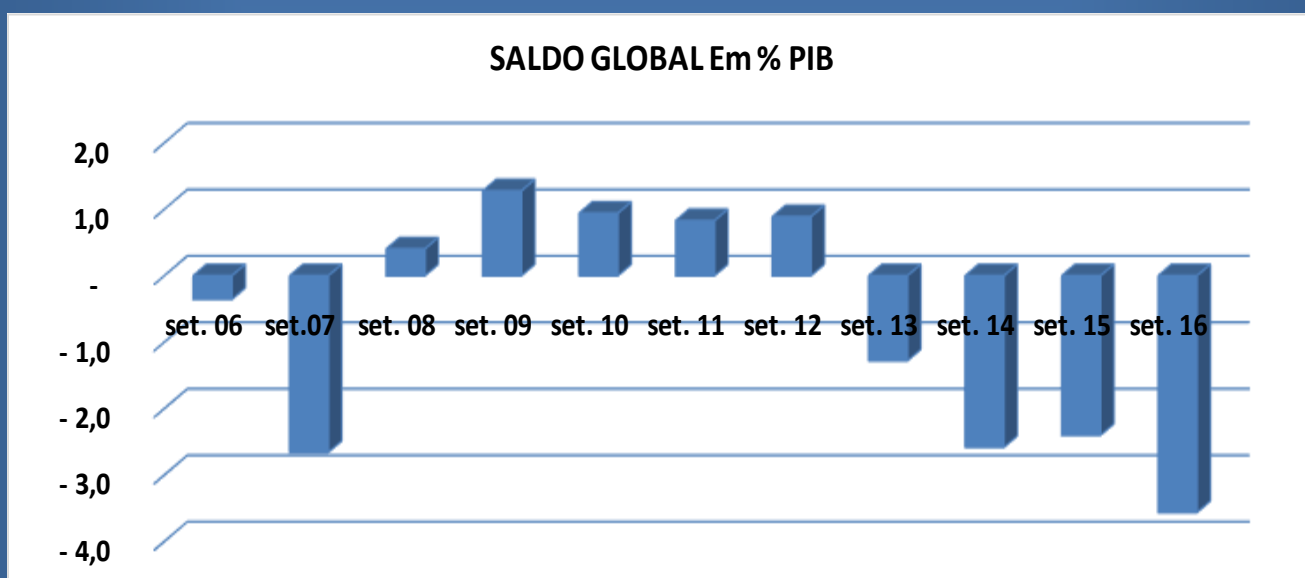




Relatório das Finanças Públicas janeiro a dezembro de 2016



Bissau, abril de 2017

Sumário

I.	INTRODUÇÃO	4
II.	EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ANO 2015	5
2.1.	RECEITAS PÚBLICAS	5
	Gráfico-1 Execução das Receitas Correntes	5
	Gráfico-2: Repartição das receitas por administração fiscais	6
	Quadro-1: Execução das Receitas Orçamentais	7
2.2.	DESPESAS PÚBLICAS.....	7
	Quadro-2: Execução das Despesas Orçamentais	9
	Gráfico-3: Execução das Despesas Correntes Primárias (V.A.).....	9
	Gráfico-4: Execução das Despesas Primárias (V.A.)	9
2.3.	OS PRINCIPAIS SALDOS	10
	Quadro-3: Execução dos Principais Saldos	10
	Gráfico-5: Execução dos Principais Saldos.....	10
2.4.	DÍVIDA EXTERNA.....	12
	Quadro-4: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD).....	12
	2.4.1. Desembolsos e Pagamentos efetuados	13
	Quadro-5: Desembolso da Dívida Externa	13
	Quadro-6: Reembolso da Dívida Externa	14
2.5.	FINANCIAMENTO	11
	Quadro-7: Financiamento	12
2.6.	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	15
	Gráfico-6: Classificação Funcional da despesa (em % PIB)	15
2.7.	ESTADO DE CONVERGÊNCIA:	16
	2.7.1. UEMOA	16
	2.7.1.1. Critério da Primeira Ordem:.....	16
	2.7.1.2. Critério de segunda ordem:	17
	2.7.2. CEDEAO	17
	2.7.2.1. Critério da primeira ordem.....	17
	2.7.2.2. Critério da segunda ordem	18
III.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	18
IV.	PERSPECTIVAS	20
V.	ANEXOS:	22

Editorial

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) ao assumir a Reforma das Finanças Públicas como um desafio, pretende contribuir na solução para a administração pública e na maior eficiência na prestação dos serviços públicos, colaborando de uma forma significativa para a mudança organizacional e a valorização da nova metodologia de trabalho, orientada na produção de valores associados à gestão baseada nos resultados.

O código da transparência e a gestão das Finanças Públicas, constitui um valor essencial na formulação das políticas públicas. Assim sendo, a atual Direção Superior do MEF, prioriza medidas de políticas económicas coerentes com vista a implementação das linhas mestres das reformas nas Finanças Públicas, a saber: o reforço na governação e de convergência das economias, a aceleração e fortalecimento do crescimento económico, a redução da pobreza e boa gestão macroeconómica para a promoção do desenvolvimento durável e sustentado com a valorização dos recursos humanos.

Com a publicação do presente relatório pretende-se difundir um novo conceito da Gestão e a aproximação da sociedade civil, introduzindo a vertente comunicação e sensibilização dos atores políticos numa perspectiva pedagógica capaz de permitir o acompanhamento de todo o processo da reforma em curso nas Finanças Públicas. Pretende-se ainda, proporcionar ao público em geral e aos parceiros do desenvolvimento, em particular, uma nova dinâmica na política de gestão da coisa pública. Por outro lado, espera-se que os atores políticos e económicos continuem a contribuir de forma eficaz e eficiente para o progresso do País, na redução da pobreza, integração regional e o saneamento das Finanças Públicas. Em resumo, elaborar, adotar e mobilizar meios adequados às políticas públicas eficazes.

I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste Relatório é fornecer informações sobre a evolução de Estatísticas das Finanças Públicas no período de janeiro a dezembro de 2016, de uma forma clara e abrangente sobre a execução Orçamental, permitindo a maior transparência da sua elaboração, execução e do controlo, conforme a nova disposição da União, relativa do Código da Transparência e Gestão das Finanças Públicas (Lei Nº 01/2015) e as Leis do Orçamento (Lei nº 02/2015), no espaço da UEMOA, aprovadas na Assembleia Nacional Popular (ANP). Para o efeito, impõe-se aos Estados Membros a publicação periódica e regular das informações relativas à Gestão das Finanças Públicas.

Também, este relatório visa sensibilizar e divulgar as informações sobre as estatísticas oficiais das Finanças Públicas, que permitam uma avaliação exaustiva e de reflexão com o juízo de acompanhamento da evolução dos agregados das Finanças Públicas, assim como, das principais medidas de políticas económicas tomadas no período em análise.

Por outro lado, traz informações úteis ao público sobre a execução orçamental, cobrindo o período de janeiro a dezembro de 2016, assim como, as conclusões e recomendações e as perspectivas económicas.

A situação fiscal no período de janeiro a dezembro do ano 2016 também foi bastante difícil, caracterizada pela fraca mobilização dos recursos externos, das dificuldades de tesouraria do Estado e de acumulação dos atrasados de pagamento interno e externo, facto que levou o Governo a emitir o Título de Tesouro de curto prazo, no mês de julho do corrente ano, com vista ao cumprimento das obrigações financeiras correntes, assim como, das obrigações com os parceiros.

A atividade económica foi favorável no período em questão, com realce do sector primário, que continua a ter a grande importancia para economia guineense, nomeadamente, a produção da castanha de caju, o principal produto de exportação do País, associado ao impulso do sector secundário que facilitou no aumento e na melhoria da produção e do fornecimento da água e da eletricidade na cidade de Bissau.

II. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

II.I. RECEITAS PÚBLICAS

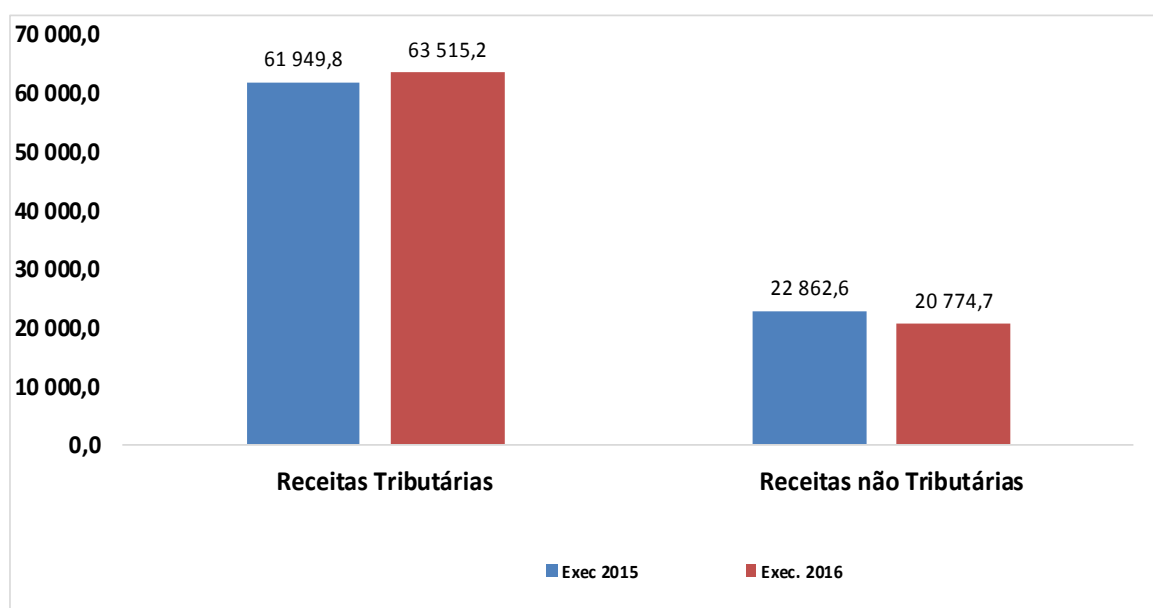
De acordo com a Tabela das Operações Financeiras do Estado (TOFE-dezembro 2016):

As receitas totais e donativos atingiram 111.910,8 milhões de FCFA contra 124.857,9 milhões de FCFA no mesmo período do ano anterior, ou seja, registou-se uma diminuição de 10,4% e esta diminuição tem a ver com o decréscimo nas receitas correntes e nos donativos em 0,6% e 31,0%, respectivamente.

Ressalva-se que as receitas correntes diminuíram devido a fraca arrecadação nas receitas não tributárias em 9,1%. Relativamente as receitas não tributárias, a diminuição verificou-se nas taxas multas e penalidades e nas transferências em 24,7% e 9,6%. Em relação as transferências, foi justificada pela queda das receitas provenientes das administrações públicas e das Compensações Financeiras da União Europeia. Nas taxas multas e penalidades, foi explicada pela queda nas cobranças das taxas a nível das Pescas, dos Impostos e das Alfândegas.

(Ver Quadro-12 em anexo).

Gráfico-1 Execução das Receitas Correntes



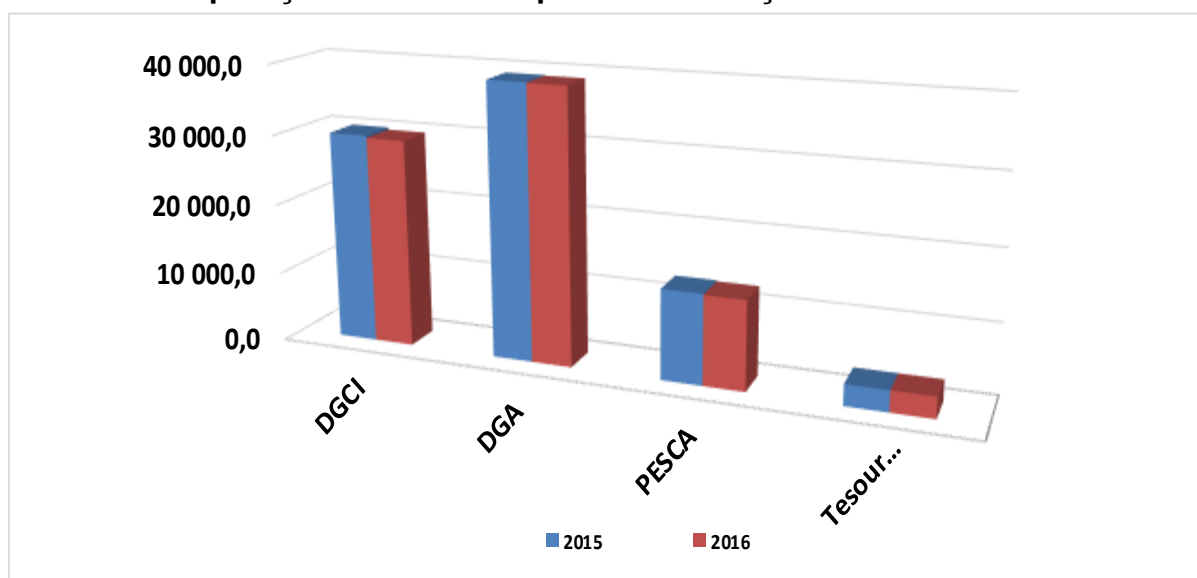
Fonte: TOFE/MEF.

Quanto as administrações fiscais, a Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) arrecadou 29.690,0 milhões de FCFA contra 29.992,6 milhões de FCFA no período homólogo, ou seja, uma diminuição de 1,0%. Na Direção Geral das Alfandegas (DGA), a diminuição foi de 0,2%, passando de 39.055,8 milhões de FCFA para 38.976,5 milhões de FCFA.

O Sector das Pescas contribuiu com 12.623,3 milhões de FCFA contra 12.763,9 milhões de FCFA, diminuindo assim 1,1%, em relação ao mesmo período do ano precedente.

Por fim, a Direção Geral do Tesouro estabilizou a sua arrecadação em 3.000,0 milhões de FCFA, em relação ao mesmo período do ano anterior. As arrecadações feitas no período em análise são provenientes dos dividendos de BCEAO e das vendas de licenças de telemóveis para a utilização de 3G, a favor da empresa “MTN e ORANGE”. Enquanto que no período homólogo do ano anterior, as receitas arrecadadas provieram especificamente das taxas cobradas nas licenças de telemóveis para a utilização de 3G (MTN e ORANGE).

Gráfico-2: Repartição das receitas por administrações fiscais



Fonte: TOFE/MEF.

No que se refere ao total dos donativos, o Governo mobilizou 27.621,0 milhões de FCFA contra 40.045,6 milhões de FCFA no mesmo período do ano transato, representando assim, uma diminuição de 31,0% e uma taxa de execução de

61,2%. Esta evolução decorreu em parte, nas diminuições observadas, essencialmente, nos donativos externos (31,0%), com maior destaque na ajuda à balança de pagamentos (-95,3). Teve também destaque na ajuda ao projeto, que diminuiu 20,6%.

Quadro-1: Execução das Receitas Orçamentais

janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2015	Prog. 2015	Exec. 2016	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	124 857,9	110 746,0	111 910,8	-10,4	101,1
Receitas Correntes	84 812,3	65 593,0	84 289,8	-0,6	128,5
Receitas Tributárias	61 949,8	47 387,0	63 515,2	2,5	134,0
Impostos Directos	17 259,4	14 565,0	18 372,6	6,4	126,1
Impostos Indirectos	44 690,4	32 822,0	45 142,6	1,0	137,5
Receitas não Tributárias	22 862,6	18 206,0	20 774,7	-9,1	114,1
Tx. Mult. & Penalidades	10 628,4	7 560,0	8 003,0	-24,7	105,9
Tranferencias	7 734,1	8 230,0	6 995,4	-9,6	85,0
Vendas Bens & Serviços	3 254,5	2 416,0	3 274,5	0,6	135,5
Outras Rec. Correntes	1 245,6	0,0	2 501,7	100,9	
Donativos	40 045,6	45 153,0	27 621,0	-31,0	61,2
Donativos Internos	0,0	0,0	0,0		
Donativos Externos	40 045,6	45 153,0	27 621,0	-31,0	61,2
Ajuda ao Projecto	34 468,4	26 105,0	27 359,0	-20,6	104,8
Ajudas à Balaça de Pagamentos	5 577,2	19 048,0	262,0	-95,3	1,4

Fonte: TOFE/MEF.

II.II. DESPESAS PÚBLICAS

As despesas totais aumentaram em 1,2% situando-se em 144.235,4 milhões de FCFA até dezembro de 2016 contra 142.494,8 milhões de FCFA no período homólogo de 2015. Esta situação prende-se com os aumentos registados nas Despesas correntes em 9,3%.

As despesas primárias¹ registaram a mesma tendência (+1,4%), em relação ao período homólogo do ano anterior.

As despesas correntes aumentaram ligeiramente devido ao aumento verificado na rubrica como: transferências correntes (67,0%), despesas com pessoal (1,6%) e outras despesas correntes (0,4%). De realçar que nas transferências correntes é justificado pela transferencia de 10.000 milhões de FCFA, para o

¹ Entende-se como despesas primárias as despesas totais excluindo juros.

pagamento de uma dívida avaliada à empresa da GUINE TELECOM e a GUINETEL, contraída junto do Banco Comercial “ECOBANK”.

As despesas de capital diminuíram 12,2% devido ao decréscimo registado nas despesas em capital financiado com recursos internos e com recursos externos, em 60,3% e 7,7%, respectivamente. A nível externo, 27.359,0 milhões de FCFA foram doadas pela União Europeia (UE), Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial (BM), Fundo Mundial (FM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), GEF/UNEP/ Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (FIDA), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), KINDERDOF (SOS) e China, e 13.509,9 milhões de FCFA, foram os empréstimos do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), Banco Oeste Africano para o Desenvolvimento (BOAD), BM, Índia/Brasil e Estados Unidos de América (USA).

As despesas não tituladas (DNT`s) situaram-se em 1.855,8 milhões de FCFA contra 2.733,9 milhões de FCFA no período homólogo de 2015. À nível de caixa registou-se 1.005,4 milhões de FCFA contra 850,4 milhões de FCFA à nível bancário. Enquanto que no período homólogo de 2015, as DNT`s por via de caixa situaram em 588,7 milhões de FCFA contra 2.145,2 milhões de FCFA por via de Bancos.

Os atrasados internos foram de 4.044,2 milhões de FCFA contra 2.232,0 milhões de FCFA no mesmo período de 2015.

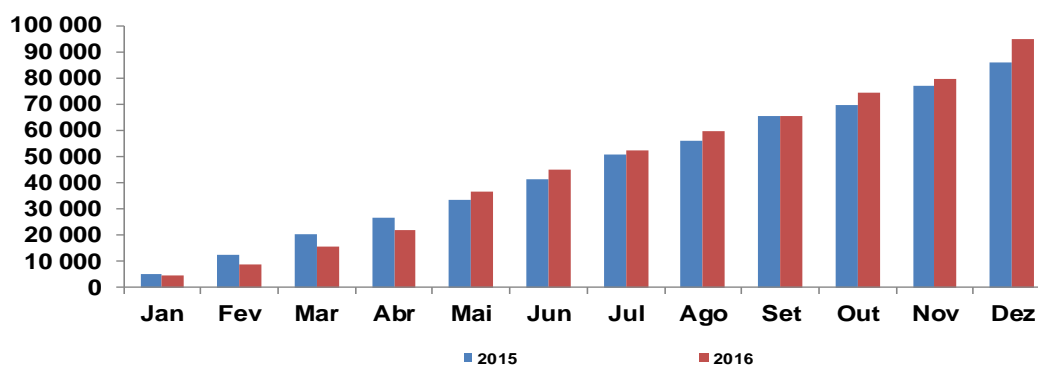
Os pagamentos dos atrasados nos anos anteriores no exercício corrente foram de 6.113,5 milhões de FCFA contra 9.551,6 milhões de FCFA no período homólogo do ano anterior.

Quadro-2: Execução das Despesas Orçamentais

DESIGNAÇÃO	janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2015	Prog. 2015	Exec. 2016	V.H.	Tx Exec.
DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	142 494,8	113 947,0	144 235,4	1,2	126,6
Despesas Correntes	91 360,3	71 023,0	99 876,2	9,3	140,6
Despesas com Pessoal	31 019,3	30 769,0	31 511,4	1,6	102,4
Salário e Ordenado	31 019,3	30 769,0	31 511,4	1,6	102,4
Aquisição Bens e Serviços	16 452,2	14 134,0	11 969,8	-27,2	84,7
Transferências correntes	18 902,4	15 969,0	31 569,7	67,0	197,7
Outras Despesas Correntes	19 928,2	6 710,0	20 017,1	0,4	298,3
Juros da Dívida	5 058,2	3 441,0	4 808,2	-4,9	139,7
Despesas correntes primárias	86 302,1	67 582,0	95 068,0	10,2	140,7
Despesas à Regularizar	2 733,9	0,0	1 855,8	-32,1	
Desp. de Capital	48 400,5	42 924,0	42 503,3	-12,2	99,0
Desp. Capital (fin. Interno.)	4 117,9	4 344,0	1 634,4	-60,3	37,6
Desp. Capital (fin. Externo.)	44 282,6	38 580,0	40 869,0	-7,7	105,9
Esprestimos Líquido	0,0	0,0	0,0		
Despesas primárias	137 436,6	110 506,0	139 427,1	1,4	126,2
SALDO GLOBAL	-17 636,8	-3 201,0	-32 324,5	83,3	1 009,8

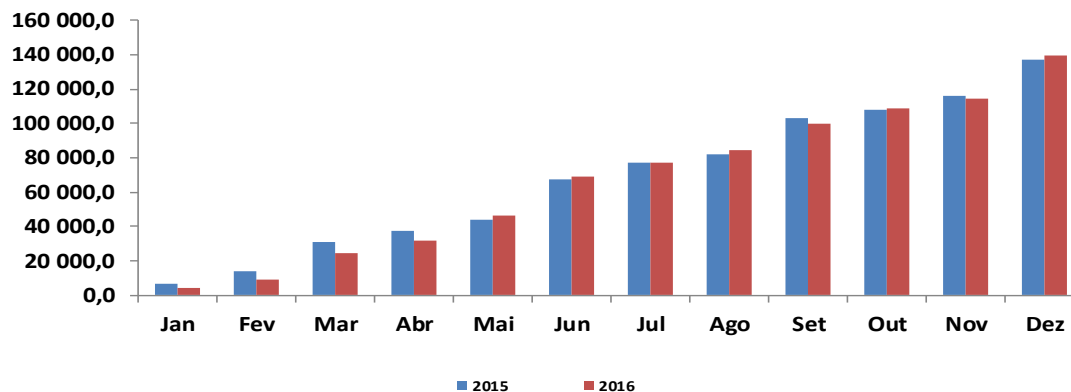
Fonte: TOFE/MEF

Gráfico-3: Execução das Despesas Correntes Primárias (V.A.)²



Fonte: TOFE/MEF

Gráfico-4: Execução das Despesas Primárias (V.A.)



Fonte: TOFE/MEF

² Valores Acumulados.

II.III. OS PRINCIPAIS SALDOS

No período em análise, o saldo primário teve um déficit de 10.778,2 milhões de FCFA contra um déficit de 1.489,8 milhões de FCFA no período homólogo de 2015.

O saldo global registou um déficit de 32.324,5 milhões de FCFA contra um déficit de 17.636,8 milhões de FCFA no mesmo período de 2015.

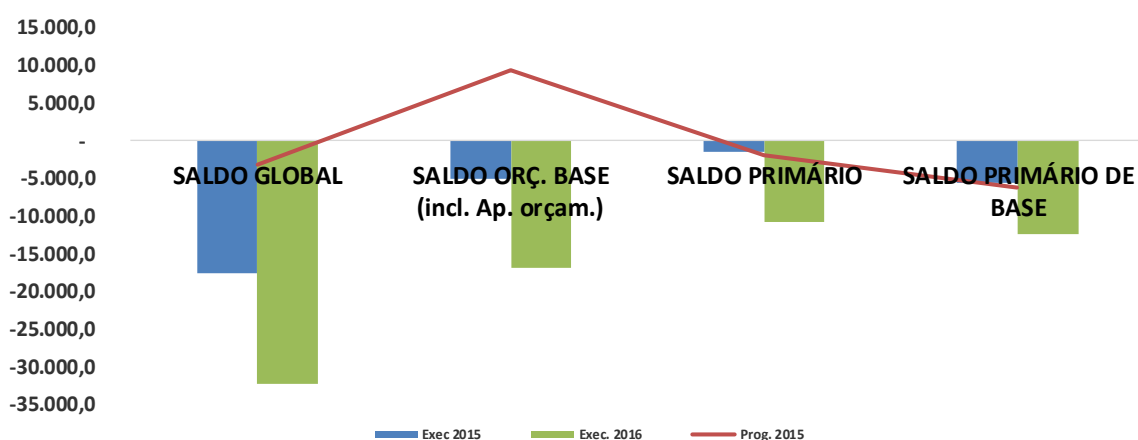
O saldo orçamental de base incluindo os donativos (o critério chave da convergência da UEMOA) registou um déficit de 16.958,8 milhões de FCFA contra um déficit de 9.274,0 milhões de FCFA previsto em 2015. Em relação ao mesmo período de 2015, o déficit foi de 5.088,7 milhões de FCFA, traduzindo assim, numa deterioração de 11.870,0 milhões de FCFA. Este agravamento deve-se a diminuição drástica nas ajudas a balança de pagamento e aumento nas despesas correntes.

Quadro-3: Execução dos Principais Saldos

DESIGNAÇÃO	janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2015	Prog. 2015	Exec. 2016	V.H.	Tx Exec.
SALDO GLOBAL	-17.636,8	-3.201,0	-32.324,5	83,3	1.009,8
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	-5.088,7	9.274,0	-16.958,8	233,3	-182,9
SALDO PRIMÁRIO	-1.489,8	-1.989,0	-10.778,2	623,5	541,9
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-5.607,7	-6.333,0	-12.412,6	121,3	196,0

Fonte: TOFE/MEF

Gráfico-5: Execução dos Principais Saldos



Fonte: TOFE/MEF

II.V. FINANCIAMENTO

De janeiro a dezembro de 2016, o total de financiamento situou-se em 37.791,5 milhões de FCFA, sendo 26.945,5 milhões de FCFA provenientes do financiamento interno e 10.846,0 milhões de FCFA situou-se os financiamentos externo.

A nível externo, 13.509,9 milhões de FCFA foram financiadas para os projetos, que provieram do BAD, BOAD, BM, Índia e USA, que inclui as amortizações correntes exigíveis da dívida e dos mandatos pagos dos anos anteriores, num montante total de -2.663,9 milhões de FCFA.

Em relação ao período homólogo de 2015, o total do financiamento situou-se em 25.361,1 milhões de FCFA, dos quais, 13.837,3 milhões de FCFA foram financiadas internamente e 11.523,8 milhões de FCFA situaram-se os financiamentos a nível externo. Em relação a este último, 9.814,2 milhões de FCFA, foram financiadas para os projetos que provieram do BM, BAD, BOAD, e India, que inclui também as amortizações correntes exigíveis da dívida e dos mandatos pagos dos anos anteriores num total de -1.531,3 milhões de FCFA.

Por fim, o Quadro das Operações Financeiras do Estado no período em análise apresentou um GAP de 3.397,7 milhões de FCFA contra 404,6 milhões de FCFA, no mesmo período do ano anterior.

Quadro-7: Financiamento

DESIGNAÇÃO	janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)				
	Exec 2015	Prog. 2015	Exec. 2016	V.H.	Tx Exec.
FINANCIAMENTO	25.361,1	38.491,0	37.791,5	49,0	98,2
Financiamento Interno	13.837,3	25.000,0	26.945,5	94,7	107,8
<i>Financ. Bancário</i>	13.843,3	25.000,0	26.945,5	94,6	107,8
Banco Central	5.066,3	0,0	8.703,7	71,8	
Δ depósito Estado+FMI	5.066,3	0,0	8.703,7	71,8	
Banco Comerciais	8.777,0	25.000,0	18.241,8	107,8	73,0
Depósitos nos Bancos	1.440,9	0,0	2.050,1	42,3	
depósitos do tesouro	1.440,9	0,0	2.050,1	42,3	
Amort. Dos Bancos	0,0	25.000,0	0,0		0,0
Concours dos Bancos	7.336,1	0,0	16.191,7	120,7	
<i>Financ. não Bancário</i>	-6,0	0,0	0,0		
Financiamento Externo	11.523,8	13.491,0	10.846,0	-5,9	80,4
<i>Financ. aos Projectos</i>	9.814,2	12.475,0	13.509,9	37,7	108,3
<i>Financ. aos Programa</i>	3.240,9	0,0	0,0	-100,0	
<i>Amort. Corr. Exigível+ de anos anter.</i>	-1.531,3	1.016,0	-2.663,9	74,0	-262,2
GAP	404,6	35.290,0	3.397,7	739,7	9,6

Fonte: TOFE/MEF

II.IV. DÍVIDA EXTERNA

Até dezembro de 2016, o stock da dívida pública externa atingiu uma soma de 300,6 milhões de USD contra 265,4 milhões de USD no mesmo período do ano anterior. Em termos comparativos, registou-se um aumento de 13,3%, em relação ao período homólogo do ano precedente. Este aumento é imputado aos novos engagements e desembolsos, principalmente por parte dos credores multilaterais, na ordem de 35,2 milhões de USD. O acréscimo foi verificado essencialmente no BOAD (33,3%) e no Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD – 1,4%) e Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD – 2,8%).

Quadro-4: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)

	Total do stock da Dívida Externa até 30/ dez./2015	Total do stock da Dívida Externa até 30/ dez./2016
Total	265,41	300,65
Multilateral	206,83	242,06
Bilateral	58,59	58,59
Banco Comerciais	5,30	5,30

Fonte: MEF/DSD

II.IV.i. Desembolsos e Pagamentos efetuados

De acordo com o Serviço da Dívida Pública, o montante desembolsado de janeiro a dezembro de 2016, foi de 20.897,2 milhões de FCFA contra 9.814,7 milhões de FCFA no período homólogo do ano anterior. O montante desembolsado em 2016 foi financiado principalmente pelo BOAD, seguido do FAD e BAD/FNS, direcionado para os projetos de desenvolvimento, como de reabilitação das vias urbanas de Bissau, fase (I, II e III), reabilitação das vias urbanas de Bissau/Jugudul (60 km) e de atualização de vias urbanas de Buba/Catio, projeto de Apoio à Segurança Alimentar (PASA), Projeto de Educação III, apoio ao programa de desenvolvimento sanitário e projeto de promoção da rizicultura a favor dos jovens.

De salientar que também no período homólogo de 2015, os desembolsos foram também essencialmente do BOAD, seguido do BM e Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD), destinados aos Projetos de Apoio ao Programa do Desenvolvimento Sanitário, ao Projeto de Educação III, ao Projeto de Construção de Central Térmica DIESEL, Projeto de Reabilitação de vias urbanas de Bissau, Projeto da Emergência do serviço da água e eletricidade, projeto para a promoção de rizicultura e projeto de Apoio à Segurança Alimentar (PASA).

Quadro-5: Desembolso da Dívida Externa (em milhões de FCFA)

ORGANISMO	2015	2016
	jan. a dezembro CAPITAL	jan. a dezembro CAPITAL
FAD	121,81	124,63
BANCO MUNDIAL- ida	163,02	0,00
B O A D	0,00	20.751,45
B A D/FNS	0,00	21,09
KUWAIT FUND	0,00	0,00
SAUDI FUND	0,00	0,00
TOTAL GERAL	284,83	20.897,17

Fonte: MEF/DSD

Quanto ao reembolso do serviço da dívida externa, no período em análise foram reembolsados 4.405,4 milhões de FCFA, para os seguintes credores: BID (**Banco Islâmico para o Desenvolvimento**), BM BOAD, BAD (Banco

Africano para o Desenvolvimento), Exim-Bank, FAD e BEI (Banco Europeu de Investimento). Entretanto, para as amortizações das dívidas vencidas no período corrente, foram de 3.097,3 milhões de FCFA e as que foram vencidas nos anos anteriores foram de 1.308,1 milhões de FCFA.

Em relação ao período homólogo de 2015, o montante reembolsado foi de 3.439,4 milhões de FCFA destinados para os seguintes credores: Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África (BADEA), BID, BM, BOAD, BAD, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Exim Bank, Fundo Kuwait e Fundo Arábia Saudita. As que foram vencidas no corrente foi de 2.518,7 milhões de FCFA e nos anos anteriores foram de 920,8 milhões de FCFA.

Quadro-6: Reembolso da Dívida Externa

ORGANISMO	2015			2016		
	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
Ano Corrente	1.045,5	1.473,2	2.518,7	1.355,9	1.741,5	3.097,3
B A D E A	81,38	0,00	81,38	0,00	0,00	0,00
B I D	144,89	0,00	144,89	110,71	0,00	110,71
BANCO MUNDIAL- ida	128,78	17,26	146,04	40,73	17,93	58,66
B O A D	299,25	1.207,27	1.506,52	1.113,25	1.546,00	2.659,25
B A D	341,21	0,00	341,21	16,53	14,89	31,42
FMI-FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEDEAO	49,96	16,65	66,62	0,00	0,00	0,00
FAD	0,00	0,00	0,00	74,65	40,90	115,55
EXIM-BANK	0,00	36,02	36,02	0,00	121,74	121,74
KUWAIT FOUND	0,00	84,18	84,18	0,00	0,00	0,00
SAUDI FOUND	0,00	111,83	111,83	0,00	0,00	0,00
Anos Anteriores	485,80	434,95	920,75	1.308,08	0,00	1.308,08
BADEA	322,77	0,00	322,77	0,00	0,00	0,00
BID	163,03	0,00	163,03	0,00	0,00	0,00
SAUDI FOUND	0,00	242,09	242,09	0,00	0,00	0,00
KUWAIT FOUND	0,00	192,86	192,86	0,00	0,00	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	1.308,08	0,00	1.308,08
TOTAL GERAL	1.531,3	1.908,2	3.439,4	2.663,9	1.741,5	4.405,4

Fonte: MEF/DSD

II.VI. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Conforme a nomenclatura orçamental existente, a classificação funcional teve um total de gasto de 45.236,7 milhões de FCFA no final de junho de 2016 contra uma programação anual de 177.956,9 milhões de FCFA, que representou uma taxa de execução de 25,4% e um rácio de 7,5% em percentagem do PIB.

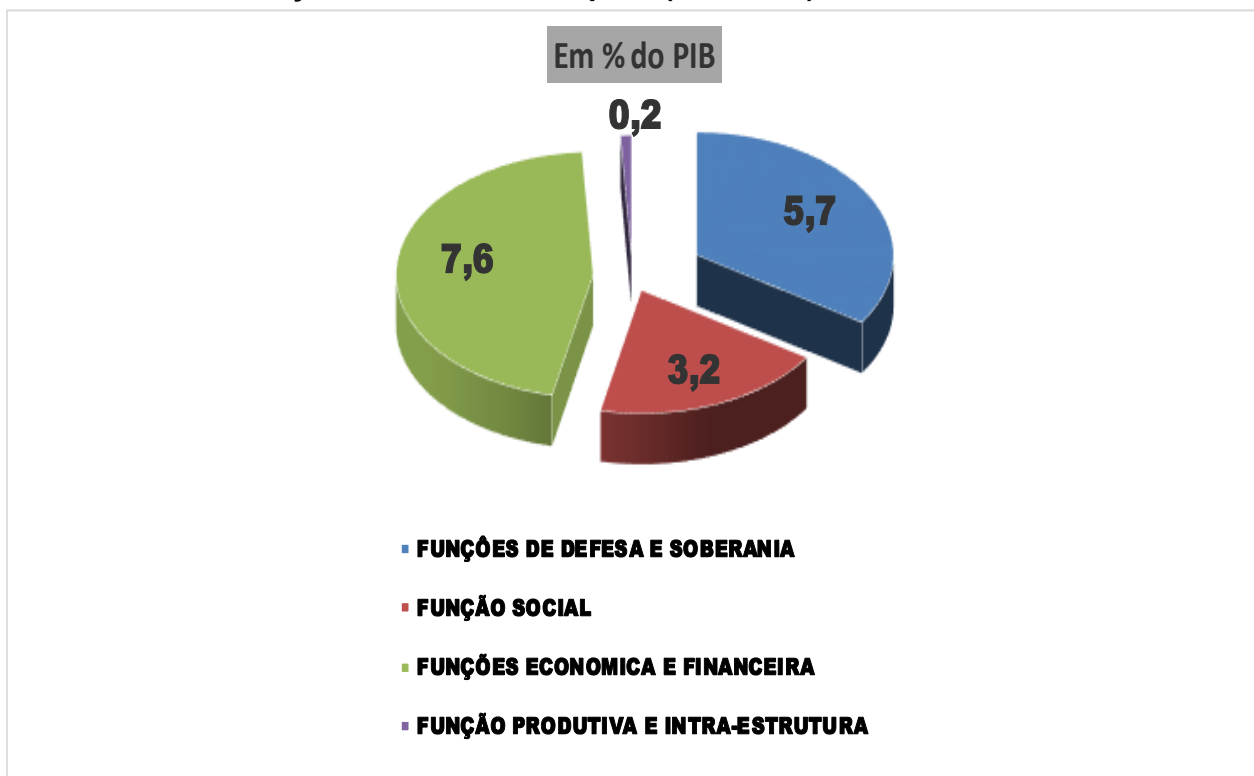
A função Económica e Financeira apresentou-se com maior fatia, isto é, 20.021,1 milhões de FCFA, que corresponde a 3,3% do PIB.

Em seguida, a função Defesa e Soberania, com 16.080,3 milhões de FCFA, representando uma taxa de 2,7% em termos do PIB.

A função Social, com 8.637,5 milhões de FCFA, em percentagem do PIB representa 1,4%.

Por último, a Função Produtiva e Infraestrutura consumiu 497,8 milhões de FCFA, que representa 0,1% do PIB e uma taxa de execução de 3,1%.

Gráfico-6: Classificação Funcional da despesa (em % PIB)



Fonte: MEF/DGO

II.VII. ESTADO DE CONVERGÊNCIA:

II.VII.i. UEMOA

Dado o incumprimento das metas fixadas pela Comissão da UEMOA, no período 2000-2013, no quadro do pacto de convergência, a maioria dos Estados membros não têm respeitado os critérios definidos, resultado dos sucessivos fracassos encontrados nas diferentes economias, levou a Comissão da UEMOA, através da conferência dos Chefes de Estados e do Governo, a decidir alargar o horizonte da convergência da União para o ano 2019 com algumas alterações nos critérios de Convergência. Eis os critérios:

II.VII.i.i. Critério da Primeira Ordem:

Primeiro: O rácio de Saldo Orçamental Global, reportado ao PIB nominal foi de -4,7% contra -2,9% no igual período de 2015.

Segundo: A taxa de inflação média anual estabilizou-se no período em análise de 1,5% em relação ao ano de 2015.

Terceiro: O rácio da dívida externa efetiva sobre o PIB nominal foi de 26,6% em 2016 contra 25,9%, no período homólogo de 2015.

Quadro-8: Critério de Convergência

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a dez.	
	Norma	2015	2015	2016
Saldo Orçamental global /PIB	≥ -3%	-2,9	-2,9	-4,7
Taxa Infl. média anual	≤ 3%	1,5	1,5	1,5
Dív.Públ. Total/ PIB ³	≤ 70%	25,9	25,9	26,6

Fonte: MEF/TOFE/INE

³ Taxa de câmbio em relação DOLLAR, em dezembro: 2016 (610,08 Fcfa) e em 2015 (600,30 Fcfa); PIBn: 2016 (687,50 bilhões de Fcfa) e 2015 (724,94 bilhões de Fcfa).

II.VII.i.ii. Critério de segunda ordem:

Primeiro: O rácio da massa salarial reportado às receitas fiscais foi de 49,6% contra 50,1% em 2015.

Segundo: A taxa da pressão fiscal foi de 9,2% contra 10,1% no período homólogo de 2015.

Quadro-9: Critério de Convergência.

CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a dez.	
	Norma	2015	2015	2016
Massa Sal. /Rec. Fiscais	≤ 35%	50,1	50,1	49,6
Pressão Fiscal	≥ 20%	10,1	10,1	9,2

Fonte: MEF/TOFE/INE

II.VII.ii. CEDEAO

No quadro da conferência dos chefes de Estados e dos governos da CEDEAO, na sua quadragésima sétima sessão ordinária, de 19 de maio de 2015, em Acra, adotou-se um conjunto de Critérios de Convergência Macroeconómica, constituindo uma versão revista de critérios de Convergência existentes, visando assegurar a realização de uma união monetária credível no espaço CEDEAO para o ano 2020. E estes Critérios são apresentadas de forma seguinte:

II.VII.ii.i. Critério da primeira ordem

Primeiro: O rácio do défice orçamental, incluindo base engajamento, reportado ao PIB nominal foi de -4,7% contra -2,9% no período homólogo de 2015.

Segundo: A taxa de inflação média no período estabilizou-se em 1,5% em relação ao ano anterior.

Terceiro: A informação das reservas brutas não está disponível;

Quarto: A informação deste critério também não está disponível.

Quadro-10: Critério da primeira ordem

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a dez.	
	Norma	2015	2015	2016
Défice Orç. (incl. base eng.)/PIB	≤ 3%	-2,9	-2,9	-4,7
Inflação Média anual ⁴	≤ 10%	1,5	1,5	1,5
Reservas Brutas	≥ 3m.i ⁵	n.d.	n.d.	n.d.
Fin. Déf.Orç. p/Bacen/Rec.fisc.-1	≤ 10%	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: MEF/TOFE

II.VII.ii.ii. Critério da segunda ordem

Primeiro: O rácio da dívida externa sobre o PIB nominal foi de 49,6% contra 50,1% no igual período de 2015.

Segundo: A variação da taxa de câmbio nominal, em relação ao Dólar, foi de -0,2% contra -24,2% no mesmo período de 2015.

Quadro-11: Critério da segunda ordem

CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a dez.	
	Norma	2015	2015	2016
Dívida Pública / PIB	≤ 70%	50,1	50,1	49,6
Var. taxa de Câmbio nominal	± 10%	24,2	24,2	-0,2

Fonte: MEF/TOFE

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As principais conclusões retidas em 2016, são:

- Atividade económica desenrolou num contexto político sócio económico rodeada de muita incerteza, onde o quadro Fiscal foi bastante desfavorável, marcada pela a diminuição das receitas e do aumento das despesas;

⁴ A meta para o ano 2019 é menor ou igual a 5% (≤5%).

⁵ Significa ≥ a três meses de importação.

- Acumulação dos atrasados de pagamento interno e do endividamento junto dos bancos comerciais;
- Emissão de título de tesouro;
- Dificuldades na cobrança e arrecadação das receitas junto das Administrações Fiscais, nomeadamente, a Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) e das Alfandegas (DGA);
- Em curso a política de reforma das Finanças Públicas;
- Peso do setor informal e a sua rápida expansão constitui motivos de preocupação para a economia guineense, pondo em causa a performance da DGCI e a DGA em termos dos seus potenciais níveis de cobrança e arrecadação das receitas.

Em relação ao Pacto de Convergência, de Estabilidade, de Crescimento e Solidariedade dos Estados membros da UEMOA, o Governo respeitou os Critérios da primeira ordem (consultar o quadro-6.) O executivo teve dificuldades em respeitar os Critérios da segunda ordem, apesar da melhoria do rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais.

Diferente de outros credores, o BOAD continua a desembolsar fundos elevados de ajuda pública ao desenvolvimento, situação que merece uma análise ponderada da sua viabilidade e de acautelamento, tendo em conta alguns vencimentos foram previstas para o ano 2018. Se as medidas sobre os indicadores fiscais não forem tomadas a nível das Finanças Públicas, o país poderá comprometer em reembolsar no futuro os empréstimos concedidos com o BOAD.

Recomendações:

- Continuar o processo da consolidação de Paz e assegurar a Estabilidade macroeconómica;
- Evitar o agravamento do endividamento externo e interno;
- Evitar no máximo a utilização de receitas correntes para os pagamentos de atrasados;
- Evitar de contrair os sucessivos empréstimos convista ao pagamento das dívidas anteriores;

- Promover a diversificação da base produtiva das exportações, a fim de reduzir a dependência do país mediante à monocultura das exportações de castanha de caju;
- Enviar mecanismos para que as empresas públicas e privadas cumpram com as obrigações de entrega das demonstrações financeiras das suas atividades junto da DGCI;
- Aplicar o Imposto sobre o Valor Acrescentado (TVA);
- Acelerar a implementação da Directivas-2009 da UEMOA;
- Continuação e alargamento do Guiché Único em relação aos produtos essenciais, como por exemplo, arroz, açúcar, farinha e outros;
- Propor e promover a criação de um Imposto anual Único Transitório (IUT) para desencorajar a prática dos operadores no setor informal;
- Identificar e quantificar os operadores do setor informal, convista a reduzir os efeitos prejudiciais a economia.

IV. PERSPECTIVAS ATÉ 2020

Nas finanças públicas, a implementação de reformas vai permitir as realizações das ações relacionadas com a modernização na Administração Fiscal e Aduaneira.

A continuidade e a intensificação da luta contra a corrupção e uma melhoria no clima de negócio irá aumentar as receitas do Estado. Assim, as receitas e donativos irão ter um valor em média de 176.9 mil milhões de FCFA ao longo do período 2018-2020, passando de 162.2 mil milhões em 2018 para 192.5 mil milhões em 2020.

Em perspectiva, as receitas fiscais vão ter um valor médio anual de 95.4 mil milhões de Fcfa. A taxa de pressão fiscal (receitas fiscais / PIB atual) irá aumentar de 10,9% em 2018 para fixar a 11,7% em 2019 e 12,4% em 2020, longe de cumprir com a norma comunitária da UEMOA mínima de 20% para o horizonte de convergência em 2019.

Concernente a despesas públicas correntes, estas terão um valor de 99.0 mil milhões de Fcfa em média, durante o período 2018-2020. Este nível será

explicado pelo aumento das despesas ligadas aos salários, consumo de bens e serviços e as despesas de capital com os recursos externos.

Por outro lado, o Governo assinou com o BOAD um *Aide Memoire* para reescalonar as dívidas vencidas de 2014 e de Janeiro de 2017 assim como as vencidas de fevereiro de 2017 a dezembro do mesmo ano no total de 10.971,0 milhões de FCFA. Os termos do reescalonamento permitirão o pagamento desta dívida em 8 anos com um período de graça de três anos, ou seja, com o início do pagamento a partir de 2020.

Este acordo implicará, por um lado, diminuir a pressão de tesouraria e por outro lado o lançamento do projeto da OMVG de eletrificação de 14 localidades do interior do país a partir dos postos de transformação da rede de interconexão de 225 KW, no montante de 14.000 milhões de FCFA e de alcatroamento da estrada Buba Catió (fase 3), no montante de 9.660 milhões de FCFA .

V. ANEXOS:

QUADRO-12: QUADRO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

2.1. Quadro das Operações Financeiras de Estado

janeiro a dezembro (em milhões Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2015	Prog. 2015	Exec. 2016	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	124 857,9	110 746,0	111 910,8	-10,4	101,1
Receitas Correntes	84 812,3	65 593,0	84 289,8	-0,6	128,5
Receitas Tributárias	61 949,8	47 387,0	63 515,2	2,5	134,0
Impostos Directos	17 259,4	14 565,0	18 372,6	6,4	126,1
Impostos Indirectos	44 690,4	32 822,0	45 142,6	1,0	137,5
Receitas não Tributárias	22 862,6	18 206,0	20 774,7	-9,1	114,1
Tx. Mult. & Penalidades	10 628,4	7 560,0	8 003,0	-24,7	105,9
Transferencias	7 734,1	8 230,0	6 995,4	-9,6	85,0
Vendas Bens & Serviços	3 254,5	2 416,0	3 274,5	0,6	135,5
Outras Rec. Correntes	1 245,6	0,0	2 501,7	100,9	
Donativos	40 045,6	45 153,0	27 621,0	-31,0	61,2
Donativos Internos	0,0	0,0	0,0		
Donativos Externos	40 045,6	45 153,0	27 621,0	-31,0	61,2
Ajuda ao Projecto	34 468,4	26 105,0	27 359,0	-20,6	104,8
Ajudas à Balaça de Pagamentos	5 577,2	19 048,0	262,0	-95,3	1,4
DESPESA TOTAL & EMP. LÍQ.	142 494,8	113 947,0	144 235,4	1,2	126,6
Despesas Correntes	91 360,3	71 023,0	99 876,2	9,3	140,6
Despesas com Pessoal	31 019,3	30 769,0	31 511,4	1,6	102,4
Salário e Ordenado	31 019,3	30 769,0	31 511,4	1,6	102,4
Aquisição Bens e Serviços	16 452,2	14 134,0	11 969,8	-27,2	84,7
Transferências correntes	18 902,4	15 969,0	31 569,7	67,0	197,7
Outras Despesas Correntes	19 928,2	6 710,0	20 017,1	0,4	298,3
Juros da Dívida	5 058,2	3 441,0	4 808,2	-4,9	139,7
Despesas correntes primárias	86 302,1	67 582,0	95 068,0	10,2	140,7
Despesas à Regularizar	2 733,9	0,0	1 855,8	-32,1	
Desp. de Capital	48 400,5	42 924,0	42 503,3	-12,2	99,0
Desp. Capital (fin. Interno.)	4 117,9	4 344,0	1 634,4	-60,3	37,6
Desp. Capital (fin. Externo.)	44 282,6	38 580,0	40 869,0	-7,7	105,9
Esprestimos Líquido	0,0	0,0	0,0		
Despesas primárias	137 436,6	110 506,0	139 427,1	1,4	126,2
SALDO GLOBAL	-17 636,8	-3 201,0	-32 324,5	83,3	1 009,8
SALDO ORÇ. BASE (incl. Ap. orçam.)	-5 088,7	9 274,0	-16 958,8	233,3	-182,9
SALDO PRIMÁRIO	-1 489,8	-1 989,0	-10 778,2	623,5	541,9
SALDO PRIMÁRIO DE BASE	-5 607,7	-6 333,0	-12 412,6	121,3	196,0
Ajustamento base caixa	-7 319,6	0,0	-2 069,3	-71,7	
Resto a Pagar	2 232,0	0,0	4 044,2	81,2	
Pagamentos anos anteriores	-9 551,6	0,0	-6 113,5	-36,0	
FINANCIAMENTO	25 361,1	38 491,0	37 791,5	49,0	98,2
Financiamento Interno	13 837,3	25 000,0	26 945,5	94,7	107,8
Financ. Bancário	13 843,3	25 000,0	26 945,5	94,6	107,8
Banco Central	5 066,3	0,0	8 703,7	71,8	
Δ depósito Estado+FMI	5 066,3	0,0	8 703,7	71,8	
Banco Comerciais	8 777,0	25 000,0	18 241,8	107,8	73,0
Depósitos nos Bancos	1 440,9	0,0	2 050,1	42,3	
depósitos do tesouro	1 440,9	0,0	2 050,1	42,3	
Amort. Dos Bancos	0,0	25 000,0	0,0		0,0
Concours dos Bancos	7 336,1	0,0	16 191,7	120,7	
Financ. não Bancário	-6,0	0,0	0,0		
Financiamento Externo	11 523,8	13 491,0	10 846,0	-5,9	80,4
Financ. aos Projectos	9 814,2	12 475,0	13 509,9	37,7	108,3
Financ. aos Programa	3 240,9	0,0	0,0	-100,0	
Amort. Corr. Exigível+ de anos anter.	-1 531,3	1 016,0	-2 663,9	74,0	-262,2
GAP	404,6	35 290,0	3 397,7	739,7	9,6

Fonte: TOFE/MEF

QUADRO-13: DAS OPERAÇÕES DAS RECEITAS DO ESTADO

2.1. Quadro das Operações Financeiras de Estado

Janeiro a dezembro (em mil Fcfa)					
DESIGNAÇÃO	Exec 2015	Prog. 2015	Exec. 2016	V.H.	Tx Exec.
Receitas Tributárias	61 949 753	47 387 000	63 515 173	2,5	134,0
<i>impostos directos</i>	17 259 400	14 565 000	18 372 590	6,4	126,1
Impostos sobre o rendimento	16 617 241	14 010 000	17 389 257	4,6	124,1
Outros impostos directos	642 159	555 000	983 333	53,1	177,2
<i>impostos Indirectos</i>	44 690 353	32 822 000	45 142 583	1,0	137,5
Impostos s/Transacções Intern.	19 058 205	13 468 000	18 992 464	-0,3	141,0
Impostos sobre o consumo (IEC)	4 601 246	3 651 000	4 393 894	-4,5	120,3
Imposto Geral s/Vendas (IGV)	19 559 093	13 958 000	20 365 515	4,1	145,9
Outros impostos indirectos	1 471 809	1 745 000	1 390 711	-5,5	79,7
Receitas não Tributárias	22 862 565	18 206 000	20 774 656	-9,1	114,1
<i>Txs. Mult. & Penalidades</i>	10 628 404	7 560 000	8 003 004	-24,7	105,9
Taxas	10 513 669	3 110 201	7 472 025	-28,9	240,2
Multas e penalidades	114 735	450 000	530 979	362,8	118,0
<i>Transferencias</i>	7 734 091	8 230 000	6 995 389	-9,6	85,0
Administrações publicas	1 699 287	1 245 644	1 560 867	-8,1	125,3
Exterior	6 034 804	6 984 804	5 434 522	-9,9	77,8
Outros	0	0	0		
<i>Venda de bens & Serviços</i>	3 254 508	2 416 000	3 274 541	0,6	135,5
Venda de bens nao duradouros	555	300	252	-54,7	83,8
Serviços	2 807 497	2 000 000	2 748 021	-2,1	137,4
Venda do pescado	446 456	416 000	526 269	17,9	126,5
<i>Outras Rec. Corr. & Outos Rend.+Funpi</i>	1 245 562	0	2 501 722	100,9	

Fonte: TOFE/MEF

Quadro- 14: Evolução do Stock da Dívida Externa

Evolução recente do Stock da Dívida Externa Líquida da Guiné-Bissau					
PERÍODO	PIB Milhões FCFA	DÍVIDA LÍQUIDA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU		DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	
		Milhões FCFA	Milhões	DO PIB	%
2006	309 467		522 865		169,0%
2007	333 385		494 597		148,4%
2008	387 197		510 673		131,9%
2009	390 403		499 102		127,8%
2010	420 515		81 606		19,4%
2011	518 288		93 837		18,1%
2012	505 079		110 006		21,8%
2013	519 798		113 493		21,8%
2014	520 872		160 466		30,8%
2015	615 483		159 328		25,9%
2016	687 497		182 870		26,6%

Fonte: MEF/DSD

*Dados até dezembro de 2016, incluindo PIB (anual).

Quadro- 15: Repartição das Receitas jan. a dez (em milhões de FCFA)

RECEITAS CORRENTES			
	2015	2016	V.H.
DGCI	29 992,6	29 690,0	1,0
R.F	25 716,6	27 312,2	6,2
R. n F.	4 276,1	2 377,8 -	44,4
DGA	39 055,8	38 976,5 -	0,2
R.F	34 795,0	36 211,5	4,1
R. n F.	4 260,8	2 765,0 -	35,1
PESCA	12 763,9	12 623,3 -	1,1
Tesouro (Lic.3G)+Divdndo	3 000,0	3 000,0	-
TOTAL	84 812,3	84 289,8 -	0,6

Fonte: TOFE

Quadro- 16: Classificação Funcional (janeiro a dezembro 2016)

DESIGNAÇÃO	FUNCIONAMENTO		INVESTIMENTO		TOTAL REAL.	TX.EXEC.	% PIB
	PREV.	EXEC.	PREV.	EXEC.			
FUNÇÕES DE DEFESA E SOBERANIA	33 871,7	35 003,6	1 283,3	-	35 003,6	99,6	5,7
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR	4 548,6	3 763,3	-	-	3 763,3	82,7	0,6
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1 262,1	1 533,7	-	-	1 533,7	123,6	0,2
PRIMATURA	1 345,5	1 397,6	-	-	1 397,6	103,9	0,2
SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	893,4	790,5	-	-	790,5	88,5	0,1
TRIBUNAL DE CONTAS	356,8	307,8	-	-	307,8	86,3	0,1
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	1 212,8	1 199,2	-	-	1 199,2	98,9	0,2
MIN.NEG.ESTRANGEIROS,DA COOPER. I E DAS COMUNIDADES	2 718,9	2 718,0	-	-	2 718,0	100,0	0,4
EMBAIXADAS	2 400,0	7 062,3	-	-	7 062,3	294,3	1,1
SEC.ESTADO DA COOP.E DAS COMUNIDADES	51,0	19,2	-	-	19,2	37,6	0,0
MIN DEFESA NACIONAL	10 563,3	9 330,3	9,4	-	9 330,3	88,2	1,5
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	7 032,2	5 909,8	66,9	-	5 909,8	83,2	1,0
SEC.ESTADO DA ORDEM PÚBLICA	33,0	-	-	-	-	-	-
SEC.ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	468,9	27,5	-	-	27,5	5,9	0,0
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	985,4	944,3	1 207,0	-	944,3	43,1	0,2
FUNÇÃO SOCIAL	20 410,1	19 579,1	10 764,9	-	19 579,1	62,8	3,2
MIN.PRESIDENCIA.C.MINISTROS E ASS.PARLAMENTARES	198,4	124,0	-	-	124,0	62,5	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA	4 614,0	3 724,1	4 368,5	-	3 724,1	41,5	0,6
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO HOSPITALAR	35,0	15,2	-	-	15,2	43,4	0,0
MIN.MULHER, FAMILIA E COESÃO SOCIAL	219,5	162,3	1 517,5	-	162,3	9,3	0,0
MIN. DA EDUCAÇÃO NACIONAL	10 765,3	10 914,1	4 435,0	-	10 914,1	71,8	1,8
SECRETARIA DE ESTADO DA JUV.CULTURA E DESPORTO	438,9	601,5	430,3	-	601,5	69,2	0,1
SECRETARIA DE ESTADO DE ENSINO E I.CIENTÍFICA	40,4	10,4	-	-	10,4	25,8	0,0
MIN. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	445,7	516,3	-	-	516,3	115,8	0,1
SECR.ESTADO DE COMBT.DA LIBERDADE DA PÁTRIA.	1 874,0	1 770,5	13,6	-	1 770,5	93,8	0,3
pensões apos::reforma;inval;sobriviv	1 779,0	1 740,8	-	-	1 740,8	97,9	0,3
FUNÇÕES ECONOMICA E FINANCEIRA	79 809,4	46 816,5	15 746,0	-	46 816,5	49,0	7,6
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS	23 940,9	24 876,9	-	-	24 876,9	103,9	4,0
SEC.ESTADO DO TESOURO	45 235,6	13 858,8	-	-	13 858,8	30,6	2,3
Pensões provisórias de aposentação	4 180,0	6 322,4	-	-	6 322,4	151,3	1,0
SEC.ESTADO DO ORÇAMENTO E ASS. FISCAIS	416,3	481,6	-	-	481,6	115,7	0,1
SEC.ESTADO DE PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	488,9	258,0	8 097,7	-	258,0	3,0	0,0
MIN. DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1 282,3	417,1	6 970,3	-	417,1	5,1	0,1
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA ALIMENTAR	33,0	-	-	-	-	-	-
MINISTERIO DAS PESCAS E ECON. MARITIMA	3 509,4	113,3	531,9	-	113,3	2,8	0,0
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMIN. DO PODER LOCAL	338,0	195,5	-	-	195,5	57,8	0,0
MINISTÉRIO DA FUN. PÚBLICA E REFORMA ADMINISTRATIVA	385,0	292,9	146,1	-	292,9	55,2	0,0
FUNÇÃO PRODUTIVA E INTRA-ESTRUTURA	1 152,5	927,9	14 919,0	-	927,9	5,8	0,2
MIN. DAS OBRAS PÚBLICAS CONSTRUÇÕES E URBANISMOS	220,2	157,7	7 826,9	-	157,7	2,0	0,0
MIN. DOS RECURSOS NATURAIS	160,3	112,4	971,5	-	112,4	9,9	0,0
MIN. DA ENERGIA	155,3	122,5	3 035,6	-	122,5	3,8	0,0
MIN. DO TURISMO	-	133,4	45,4	-	133,4	294,1	0,0
MIN. DO COMÉRCIO E INDUSTRIA	287,2	270,1	-	-	270,1	94,0	0,0
MINISTERIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	199,0	33,9	577,0	-	33,9	4,4	0,0
SEC. ESTADO DO AMBIENTE	130,5	98,0	2 462,5	-	98,0	3,8	0,0
TOTAL	135 243,7	102 327,2	42 713,2	-	102 327,2	57,5	16,6

Fonte: DGO

Ficha Técnica:

Coordenador:

O Director Geral:

Totas João CORREIA

E-mail: totas.correia@gmail.com

Site: www.mef-gb.com

Equipa Técnica:

Óscar CUNHA

Adão JATA

Seco CAMARA

Samora GOMES

Raciato Bari SERRA

Laudimila C. S. CAMARÁ

Emerino Lima NETO

Firmino Pera JOAQUIM

Fernando MANÉ

Stephanie Shirley D.M. CABRAL

Biaguito LOPES

Sidónio dos SANTOS

Bedanhoba Na SALÚ

Dayvikson TAVARES

Serifo Inussa AIDARA LY

Adewusi MENDONÇA

Ernesto CORREIA

***Colaboração de todas as Direcções Gerais do Ministério da
Economia e Finanças***